

PREFÁCIO

Das violências que nos convocam, um comitê da ABA em ação

Os estudos sobre os grandes projetos e suas consequências para os povos indígenas, as comunidades tradicionais, seus ambientes e territórios constituem uma tradição no campo da antropologia brasileira. Foi na XIII Reunião Brasileira de Antropologia, ocorrida em 1982, em São Paulo, que Silvio Coelho – um dos precursores desse campo juntamente à Lygia Sigaud – coordenou o GT “*As Barragens e os Povos Indígenas*”. O relatório final do GT traz uma série de recomendações à Associação Brasileira de Antropologia (ABA), no sentido de subsidiar a interlocução da associação junto a instâncias como a Funai e a Eletrobrás, visando à defesa dos direitos indígenas previstos no Estatuto do Índio àquela época. Neste sentido, o documento é um registro histórico de uma atuação antropológica acadêmica que tem como característica uma fina sintonia com dinâmicas relevantes em curso na esfera pública do país. Embora o termo impacto ambiental já apareça no relatório, assim como recomendações para a participação dos grupos atingidos no processo de decisão e a realização de estudos de impactos para as obras, nenhuma menção é feita a órgãos ambientais e aos processos de licenciamento. Isso porque as normas que regem o licenciamento ambiental de grandes obras só seriam regulamentadas mais tarde, por meio da Resolução Conama 01 de 1986, que traz as diretrizes gerais para avaliação de impacto ambiental, seguida da Resolução Conama 237 de 1997, que altera a anterior e dispõe sobre procedimentos e critérios para o licenciamento ambiental, instrumento hoje revisto pelo Senado Ambiental sob fortes críticas do atual Comitê Povos Tradicionais, Meio Ambiente e Grandes Projetos da ABA.

Não é possível estabelecer, de forma categórica, uma relação direta entre as recomendações contidas no relatório do GT de 1982 e a criação posterior das normas e procedimentos para o licenciamento ambiental, mas é razoável inferir que as posições nele contidas, reverberadas também em outros documentos, elaborados dentro e fora da academia, possam ter se somado às vozes de outros cientistas e de segmentos engajados na luta por direitos na arena relativa à implementação dos grandes projetos.

Décadas se passaram e o legado de antropólogos e antropólogas sobre o tema dos grandes empreendimentos, com destaque para as barragens hidrelétricas, encontrou ímpeto nos trabalhos daqueles que sucederam Sygaud e Coelho até os dias atuais, a exemplo de Gustavo Lins Ribeiro, Parry Scott, Ana Maria Dou, Aurélio Vianna, Stephen Baines, Sônia Magalhães, entre muitos. Numa esfera paralela, às temáticas envolvendo a sociobiodiversidade, os conhecimentos tradicionais e a sustentabilidade também ganhavam relevo por meio dos trabalhos de Mauro Almeida, Manuela Carneiro da Cunha, Neide Esterci, Henyo Barretto Filho, Paul Little e demais pesquisadores e pesquisadoras.

Nessa medida, meus trabalhos sobre as hidrelétricas em Minas Gerais encontraram os de outros colegas em diferentes espaços acadêmicos, como nos encontros da *Rede Ciências Sociais e Barragens* realizados na primeira década dos anos 2000. De fato, foi em 2010, no encontro da *Rede* em Belém, que a ideia da criação de um comitê da ABA sobre a temática dos grandes projetos foi recebida com simpatia por Gustavo Lins Ribeiro, ex-presidente e membro do conselho científico da associação. Àquela altura, eu já havia sido eleita para a diretoria da ABA na gestão de Bela Feldman-Bianco (2011-2012), Sônia Magalhães trazia relatos sobre os terríveis efeitos socioambientais, políticos e institucionais do licenciamento ambiental de Belo Monte no Xingu. Uma obra que havia sido rejeitada pelos Povos da Floresta em fins da ditadura militar, mas que retornava naquela conjuntura, para nossa surpresa, como símbolo do desenvolvimento proposto pelos governos progressistas através do PAC – Plano de Aceleração do Crescimento.

O Comitê Povos Tradicionais, Meio Ambiente e Grandes Projetos foi criado então pela presidenta Bela Feldman-Bianco e iniciou sua atuação com o seminário *Belo Monte e a Questão Indígena*, realizado na UnB, em fevereiro de 2011, com a presença de inúmeras lideranças indígenas, mobilizadas por Sônia e sua equipe da UFPA. A partir daí, foram inúmeras notas, eventos e ações referentes ao licenciamento de Belo Monte, das quais, destaco as pesquisas de campo no Pará, as reuniões ocorridas com representantes do governo federal e o protagonismo da ABA na articulação de uma nota que contou com a adesão de mais de 20 sociedades científicas, movimento com significativa repercussão à época. Embora as forças políticas e econômicas hegemônicas tenham logrado êxito na continuidade do licenciamento da barragem de Belo Monte, as articulações do comitê persistiram, até os dias atuais, nas interações com os atingidos e atingidas, o Ministério Público e demais instâncias de defesa dos direitos do cidadão, dos povos indígenas e do meio ambiente.

De fato, o Comitê se constituiu então, ao longo desses anos, como um dos mais ativos no interior da ABA, responsivo às demandas e dinâmicas da sociedade

sobre as temáticas a ele afeitas e ampliando seu escopo de atuação. Ao rigor metodológico das pesquisas em torno dos efeitos dos grandes projetos sobre os povos indígenas, as comunidades tradicionais e o meio ambiente, somou-se a análise atenta e sistemática a respeito das mudanças normativas e institucionais que, à maneira de uma *violência lenta*, abriam caminhos de permissividade, legitimidade e legalidade para as formas de *violência nua* nos territórios.¹ Vigilante e ativo, o Comitê Povos Tradicionais, Meio Ambiente e Grandes projetos denunciou inúmeros processos pelos quais ocorriam a desregulação ambiental no país. A partir do governo de Michel Temer, registrou-se as formas de *violência nua*, seja pelo incremento dos assassinatos e violações de direitos no campo e na floresta, seja pelo desmonte do arcabouço normativo ambiental com as políticas anti-ambientais e anti-indígenas do governo Bolsonaro. Contra a *passagem da boiada* e a aprovação da Nova Lei Geral do Licenciamento Ambiental pelo Senado Federal, elementos paradigmáticos na composição do jogo entre as violências lenta e nua, o Comitê agiu de forma incansável, nos limites da sua competência, entre os anos 2015 e 2022.

O presente livro traz uma compilação de trabalhos que expressam a vivacidade e a variedade das abordagens e dos temas com os quais o Comitê tem se ocupado nos últimos anos. São trabalhos ancorados em experiências de campo em contextos diversos, a exemplo dos desastres da mineração, das áreas de garimpo, das disputas em torno da água, dos conflitos em unidades de conservação ambiental de proteção integral, dos processos de regularização fundiária e dos licenciamentos ambientais. Além de resultados de pesquisas, esta publicação traz ainda depoimentos e análises de comunitários e representantes de movimentos sociais, pessoas que protagonizam as situações de conflito e sofrem as consequências dos projetos de desenvolvimento e das políticas ambientais de cunho restritivo. O livro expressa, pois, uma marca importante do Comitê: o trabalho alicerçado na robustez etnográfica e na interlocução direta com aqueles alijados do planejamento hegemônico em nome do desenvolvimento. Evidencia, assim, o compromisso ético e metodológico de uma antropologia implicada nos processos socioambientais, pressuposto de sua *expertise* e do estatuto de uma ciência comprometida com a construção de um mundo mais justo e igualitário. Boas leituras!

Andréa Zhouri

Belo Horizonte, 22 de abril de 2022, no dia da Terra.

1. Para uma discussão sobre violência lenta e violência nua, consulte Zhouri (2021).